

MARGINALIZAÇÃO E INJUSTIÇA HISTÓRICA EM MOÇAMBIQUE: O IMPACTO DA EXCLUSÃO DE MINORIAS ÉTNICAS NO DESENVOLVIMENTO

*Marginalization and Historical Injustice in Mozambique: The Impact of Ethnic
Minority Exclusion on Development*

MATIAS, Achegar Tiodósio¹

CASTRO, Cantifula de²

RESUMO

Este estudo investiga a problemática da marginalização e injustiça histórica em Moçambique, com especial atenção para o impacto da exclusão de minorias étnicas no desenvolvimento do país. A pesquisa examina as raízes históricas desse fenômeno, analisando como a marginalização influenciou os setores econômico, social e político em Moçambique, com destaque para as dinâmicas e mecanismos utilizados para concretizar conflitos étnicos. A metodologia empregada baseou-se em uma revisão bibliográfica, que abarcou a pesquisa, identificação, seleção e análise crítica de artigos científicos e outras fontes relevantes relacionadas ao tema. Os resultados destacam desafios significativos, como a falta de

¹Universidade Católica de Moçambique; Faculdade de Educação e Comunicação. <https://orcid.org/0000-0002-5796-2783>. Doutorando em Ciências da Comunicação na Universidade Católica de Moçambique-Nampula. Mestre em Sociologia das Organizações e do Trabalho e Licenciado em Direito pela Universidade Aberta de Moçambique, ISM/Maputo. É autor e escritor Africano, atuando como membro de vários conselhos editoriais de revistas e jornais e de diversas comissões científicas de conferências internacionais. Consultor Jurídico e Auditor Social das Organizações e do Trabalho, sendo também Docente Universitário na ESEG. achegartimatis989@gmail.com

²Universidade Católica de Moçambique; Faculdade de Educação e Comunicação. <https://orcid.org/0009-0006-8624-0815>. Doutorando em Ciências da Comunicação pela Universidade Católica de Moçambique (FEC), Mestre em Sociologia das Organizações e do Trabalho pela Universidade Aberta de Moçambique, ISM/Maputo. Licenciado em Filosofia pela Universidade São Tomás de Moçambique. Bacharel em Teologia pelo Seminário Teológico Interdiocesano São Pio X de Maputo. É Docente, Sacerdote Católico, Consultor em Comunicação estratégica e organizacional. padrecantifula@gmail.com

infraestrutura educacional em determinadas regiões, evidenciando disparidades regionais no acesso à educação. A pesquisa enfatiza a urgência de implementar políticas inclusivas, investir em setores-chave, como educação e saúde, e combater a marginalização por meio da valorização da diversidade. Contudo, o estudo reconhece desafios práticos, incluindo um déficit orçamental acentuado, sublinhando a importância de abordar questões financeiras para efetivamente implementar as sugestões propostas.

Palavras-Chave: marginalização étnica; políticas de inclusão; desigualdades regionais; investimentos setoriais.

ABSTRACT

This study investigates the issue of marginalization and historical injustice in Mozambique, with special attention to the impact of the exclusion of ethnic minorities on the country's development. The research examines the historical roots of this phenomenon, analyzing how marginalization influenced the economic, social and political sectors in Mozambique, with emphasis on the dynamics and mechanisms used to materialize ethnic conflicts. The methodology used was based on a bibliographic review, which covered the research, identification, selection and critical analysis of scientific articles and other relevant sources related to the topic. The results highlight significant challenges, such as the lack of educational infrastructure in certain regions, highlighting regional disparities in access to education. The research emphasizes the urgency of implementing inclusive policies, investing in key sectors such as education and health, and combating marginalization by valuing diversity. However, the study recognizes practical challenges, including a steep budget deficit, highlighting the importance of addressing financial issues to effectively implement the proposed suggestions.

Keywords: ethnic marginalization; inclusive policies; regional inequalities; sectoral investments.

1. Introdução

Moçambique, uma nação profundamente enraizada em diversidade cultural e étnica, carrega consigo uma narrativa histórica complexa que influenciou seu desenvolvimento. Contudo, este percurso não está isento de momentos caracterizados por marginalização e injustiça histórica, elementos que deixaram sinais permanentes no cenário socioeconômico e político do país. Ao longo das décadas, Moçambique enfrentou desafios decorrentes de sua rica diversidade étnica, sendo a exclusão de determinadas minorias um traço proeminente em sua história. Em Moçambique, a marginalização de certas minorias étnicas ao longo da

história foi influenciada por diferentes contextos e atores. Durante o período colonial, houve políticas discriminatórias implementadas pelas potências coloniais, como Portugal, que marginalizaram certos grupos étnicos, promovendo a exclusão social, econômica e política. Após a independência, o Estado pós-colonial também desempenhou um papel na continuidade ou na mudança dessas dinâmicas. Em alguns casos, estruturas políticas e sociais estabelecidas durante o período colonial persistiram ou foram adaptadas, levando à manutenção da marginalização de certos grupos étnicos. Essa exclusão, manifestada por disparidades no acesso a recursos e oportunidades educacionais, bem como restrições na participação política, lança uma sombra persistente sobre o desenvolvimento do país, contribuindo para profundas desigualdades.

A contextualização do problema abrange décadas de lutas e desafios que caracterizaram a história de Moçambique. A exclusão de minorias étnicas não é um fenômeno novo, mas um tema que permeia as diferentes fases históricas do país. Durante o período colonial, o domínio português estabeleceu estruturas que privilegiam certos grupos étnicos (Ronga, Machangana e Maconde) em detrimento de outros, predominantemente os Amakhuwa, exacerbando as divisões e as tensões entre diferentes comunidades. Após a independência em 1975, Moçambique enfrentou desafios na consolidação da identidade nacional e na promoção da inclusão de todas as etnias no processo de construção do país. Com efeito, este estudo tem como objetivo principal analisar criticamente as raízes históricas da marginalização étnica em Moçambique, avaliando suas implicações nas esferas sociais, econômicas e políticas. Além disso, busca compreender como a injustiça histórica tem perpetuado desigualdades, contribuindo para conflitos e desafios contemporâneos.

A pesquisa é justificada pela necessidade de compreender como a marginalização étnica e a injustiça histórica impactaram o desenvolvimento de Moçambique. Ao revelar as raízes desses desafios persistentes, este estudo contribuirá para a formulação de soluções que promovam um desenvolvimento mais inclusivo e equitativo no país.

A análise da literatura sobre o tema revela um passado sombrio que permeia diversas fases históricas de Moçambique até os dias atuais. Isso destaca a urgência de implementar políticas públicas direcionadas para a inclusão das minorias étnicas no processo de desenvolvimento do país, com o objetivo de construir um futuro mais justo e equitativo para todos. Como exemplificação, Cahen (2002) investiga as intrincadas questões de identidade e

etnicidade em Moçambique, abordando também seu uso político ao longo da história. O autor salienta as disputas pelo poder e recursos entre grupos étnicos como uma fonte significativa de tensões e conflitos no país. Por outro lado, Fröhlich e Costa (2003) oferecem uma perspectiva adicional, analisando como as dinâmicas étnicas desempenharam um papel crucial na guerra civil moçambicana. Eles destacam como as tensões étnicas foram exploradas por atores políticos e militares, resultando em um conflito prolongado. Portanto, a marginalização impede o pleno aproveitamento do potencial de todos os grupos da sociedade, resultando em limitações significativas para o crescimento econômico e social do país como um todo. Além disso, entender e abordar as dinâmicas étnicas é essencial para a construção de uma identidade nacional inclusiva. Promover a coesão social é indispensável para garantir a estabilidade e a unidade do país, criando um ambiente propício ao progresso e ao desenvolvimento sustentável.

O enquadramento metodológico desta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, centrada numa revisão bibliográfica abrangente. O objetivo principal foi analisar a marginalização e a injustiça histórica em Moçambique, com foco no impacto da exclusão de minorias étnicas no desenvolvimento do país.

A estratégia de busca utilizada abarcou um amplo intervalo de tempo, desde o período colonial até a atualidade.

A abordagem histórica, combinada à análise política e cultural específica de Moçambique, permitiu uma compreensão mais profunda das dinâmicas que contribuíram para a marginalização das minorias étnicas no contexto do país. Essa perspectiva crítica iluminou as implicações dessa realidade no desenvolvimento moçambicano.

Por fim, essa discussão enriquece o debate acadêmico para gerar novos conhecimentos, perspectivas e soluções inovadoras que possam beneficiar não apenas Moçambique, mas também outros contextos sociais que enfrentam desafios semelhantes ao redor do mundo. Ao compreender as raízes e impactos da marginalização étnica, este estudo visa orientar a implementação de políticas que promovam a igualdade e o desenvolvimento inclusivo.

O artigo está estruturado em quatro seções principais. A primeira seção apresenta a contextualização do problema, os objetivos, a justificativa da pesquisa e descreve a metodologia utilizada na coleta e análise de dados. A segunda seção oferece uma revisão da

literatura existente, identificando lacunas e destacando descobertas pertinentes. Na terceira seção são apresentados análise dos resultados, discutindo as principais implicações da marginalização étnica em Moçambique. A quarta e última seção resume as considerações finais e propõe medidas concretas para reduzir desigualdades e garantir um desenvolvimento mais equitativo para todas as comunidades em Moçambique.

2. Revisão de literatura

2.1. Implicações da marginalização e injustiça histórica para o desenvolvimento do país

Os conflitos étnicos e sociais, em Moçambique, remontam ao período colonial e persistem no pós-independência. Essa dinâmica histórica gerou implicações profundas no desenvolvimento do país. Por um lado, a marginalização sistemática de grupos étnicos específicos abalou os domínios econômico, social e político. Por outro lado, a marginalização contribuiu para a amplificação da desigualdade socioeconômica, a perpetuação de conflitos internos, a promoção de instabilidade social, a diminuição do capital humano e a intensificação das disparidades de poder. A confluência desses fatores mina a coesão social e compromete significativamente as perspectivas de um desenvolvimento harmonioso e equitativo.

Diante desse cenário, aprofundar nossa compreensão sobre as dinâmicas subjacentes que conduzem a conclusões sobre desigualdade socioeconômica, conflitos internos recorrentes e instabilidade social generalizada, a perda de capital humano e as desigualdades de poder torna-se imperativo.

A marginalização gera desigualdade e injustiça. De acordo com Acemoglu e Robinson (2012), a marginalização de grupos étnicos minoritários em uma sociedade pode levar à instabilidade política, ao conflito e à violência, afetando negativamente o investimento, a produção e a produtividade. Além disso, a exclusão social e econômica de grupos minoritários pode contribuir para a perpetuação da pobreza e da desigualdade, comprometendo o desenvolvimento do país a longo prazo (Nyamu-Musembi, 2005). Portanto, grupos marginalizados podem enfrentar discriminação e falta de acesso a recursos, serviços e oportunidades. Isso não apenas prejudica o desenvolvimento desses grupos, mas também leva

a uma sociedade mais desigual, o que, por sua vez, pode minar a estabilidade e o desenvolvimento a nível nacional. Promover a igualdade e garantir que as pessoas tenham liberdade para fazer escolhas em suas vidas é fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável. Pois, sociedades mais igualitárias e inclusivas são mais propensas a alcançar o desenvolvimento duradouro, pois todos os membros da sociedade têm a oportunidade de contribuir e prosperar.

Kymlicka (1995), ao enfatizar a importância do reconhecimento e valorização das identidades culturais das minorias étnicas, destaca um ponto crucial para a promoção da igualdade. No entanto, a aplicação prática dessas ideias nas políticas públicas permanece incerta e pouco explorada. Da mesma forma, o relatório da UNESCO (2019) realça a necessidade premente de políticas que respeitem a diversidade étnica e cultural, mas a efetiva implementação dessas recomendações ainda carece de avanços tangíveis.

É nessa senda que diversos autores ressaltam a importância de políticas públicas inclusivas e de medidas específicas para mitigar a marginalização e fomentar a igualdade de oportunidades de desenvolvimento para todos os grupos étnicos em Moçambique. Mesmo autores como Mário J. Machaqueiro (2018), Anabela Lemos (2019) e Booth, Gribben & Parkinson (2015) enfatizam a necessidade premente de políticas inclusivas, mas não se vislumbra uma implementação prática que reverta as desigualdades históricas. Stiglitz (2012), por exemplo, argumenta que a desigualdade econômica, entendida como uma forma de marginalização, pode comprometer o desenvolvimento de uma nação de várias maneiras. As disparidades sociais e econômicas não apenas prejudicam a coesão e a estabilidade da sociedade, mas também acarretam implicações econômicas adversas. Nesse contexto, destaca a imperatividade de abordar a desigualdade para promover um desenvolvimento mais sustentável e equitativo.

A exclusão histórica dos grupos étnicos do centro e norte do país, com destaque para os Amakhuwa, quando não devidamente abordada, pode comprometer o desenvolvimento econômico e social a longo prazo, reforçando a desigualdade e a instabilidade política. Nesse contexto, políticas públicas inclusivas e a promoção da diversidade cultural são destacadas como estratégias essenciais para reduzir a marginalização e fomentar o desenvolvimento equitativo e sustentável do país. Essas abordagens não apenas atendem às demandas imediatas de igualdade, mas também estabelecem as bases para um progresso duradouro e inclusivo em

Moçambique. Sendo por isso que o "Relatório de Desenvolvimento Humano 2020: The Next Frontier - Human Development and the Anthropocene" do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP) ao analisar de forma abrangente as questões relacionadas ao desenvolvimento humano no contexto atual, aborda a questão da marginalização e da desigualdade e como esses fatores podem impactar negativamente o progresso de um país. O relatório aponta a persistência e abrangência global dos desafios relacionados à marginalização e exclusão social. Grupos como minorias étnicas, mulheres, pessoas com deficiência, entre outros, frequentemente enfrentam obstáculos significativos na participação econômica, política e social. Essas barreiras se manifestam por meio de discriminação, restrições ao acesso a serviços essenciais e oportunidades limitadas. Vale ressaltar que os impactos da marginalização e desigualdade não são limitados aos grupos diretamente afetados; eles reverberam negativamente no desenvolvimento humano de maneira ampla. Quando um país não consegue assegurar igualdade de oportunidades e acesso a serviços básicos para todos os cidadãos, o potencial de desenvolvimento humano é comprometido, resultando em uma sociedade com menor capital humano, produtividade reduzida e qualidade de vida inferior.

Feijó (2015) destaca a marginalização étnica como um fator fundamental contribuindo para a instabilidade política e social em Moçambique. Essa visão é respaldada por Acemoglu e Robinson (2012), que argumentam que as instituições políticas e econômicas são frequentemente moldadas pela marginalização e desigualdade, sendo determinantes para o sucesso ou fracasso de uma nação em termos de desenvolvimento. Para ilustrar, a persistência da marginalização étnica em Moçambique pode refletir-se na instabilidade política do país, evidenciando como fatores sociais têm implicações diretas nas instituições políticas. Esta dinâmica influencia o ambiente econômico e social, impactando o desenvolvimento de maneira abrangente. A marginalização e a desigualdade podem influenciar negativamente a formação de instituições extrativistas que restringem o progresso. Para promover o desenvolvimento sustentável é essencial adotar instituições inclusivas que permitam a igualdade de oportunidades, a participação ampla e a representação política.

Os autores enfatizam a importância das instituições políticas e econômicas na formação do destino de uma nação. Instituições inclusivas, que permitem a participação, a igualdade de oportunidades e a representação política ampla, tendem a promover o

desenvolvimento sustentável. Por outro lado, instituições extrativistas, que favorecem apenas elites ou grupos privilegiados, têm o potencial de restringir o avanço econômico e social. Quando certos grupos detêm o poder e limitam o acesso a oportunidades e recursos, isso pode resultar na formação de instituições que perpetuam desigualdades, criando um ciclo vicioso. Os grupos marginalizados, sem influência nas decisões políticas e econômicas, veem sua marginalização persistir. As instituições extrativistas, nesse contexto, consolidam-se e resistem a mudanças, dificultando a melhoria da igualdade e o estímulo ao desenvolvimento. Por outro lado, instituições inclusivas, que possibilitam ampla participação na política, economia e sociedade, não apenas reduzem a marginalização e a desigualdade, mas também fomentam inovação, empreendedorismo e investimento.

Tanto Feijó (2015), quanto Acemoglu e Robinson (2012), ao explorarem essa ideia, ressaltam a importância de abordar a marginalização étnica como componente fundamental na construção de uma sociedade mais estável e equitativa. Isso implica promover igualdade de oportunidades, inclusão política e busca de soluções para tensões étnicas históricas. Trabalhar rumo à coesão social e à paz torna-se essencial para estabelecer bases sólidas para o desenvolvimento sustentável no país. A consideração atenta desses princípios não apenas confronta os efeitos prejudiciais das instituições extrativistas, mas também cria um ambiente propício para a construção de uma sociedade mais justa e próspera.

2.2. A Marginalização de minorias étnicas em Moçambique ao longo das diferentes fases históricas

A história da marginalização étnica em Moçambique perpassa por diferentes fases e contextos históricos que moldaram as relações entre os grupos étnicos ao longo do tempo. Trata-se de um tema complexo que tem sido discutido por vários autores, acadêmicos e pesquisadores ao longo dos anos.

E uma narrativa abrangente da história de Moçambique, desde a colonização e exploração colonial até o processo de independência e as tensões pós-independência que contribuíram para a marginalização de grupos étnicos é da autoria de Newitt (1995). O autor começa explorando a história pré-colonial de Moçambique, incluindo as sociedades e culturas clássicas antes da chegada dos colonizadores europeus.

Na mesma senda, vários autores oferecem perspectivas variadas sobre a história da marginalização em Moçambique, destacando a influência de eventos coloniais, lutas de independência e conflitos armados na criação de condições de exclusão para diversas comunidades. Suas obras contribuem para uma compreensão mais profunda da complexa história de marginalização no país. Em Moçambique, a negação da questão étnica dificultou a coexistência pacífica de grupos diversos, gerando centralismo institucional que ignorava diferenças entre povos e até mesmo estabelecia novas hierarquias conforme fidelidade política ao regime (Bussotti & Nhaueleque, 2022).

Portanto, a negação pode ter resultado na promoção de um centralismo institucional, onde as estruturas de poder central ignoravam ou suprimiam as particularidades étnicas e culturais das diferentes comunidades. Em vez de reconhecer e respeitar essas diferenças, as políticas governamentais podem ter favorecido um modelo que enfatizava a uniformidade e a lealdade política ao regime dominante. Essa abordagem centralista pode ter levado à criação de hierarquias baseadas na fidelidade política ao governo, negligenciando as necessidades específicas de certos grupos étnicos e, assim, perpetuando a marginalização. Ao estabelecer novas hierarquias políticas com base na lealdade ao regime, as diferenças étnicas foram ignoradas ou até mesmo suprimidas, o que dificultou a construção de uma sociedade mais inclusiva e a coexistência pacífica entre os diversos grupos étnicos em Moçambique. Veremos adiante com mais pormenores.

a) Período Colonial

Durante o domínio colonial, as autoridades exploraram e exacerbaram as diferenças étnicas e culturais, visando manter o controle sobre a população. Segundo Bussotti (2023) o tabu histórico da questão étnica no espaço político de Moçambique é evidente nas ideias dos líderes moçambicanos antes e após a independência. Desde figuras como Eduardo Mondlane e Samora Machel até a influência de líderes africanos como Amílcar Cabral, Julius Nyerere e Nkrumah, a tendência era criar um Estado-nação moldado pelo estilo ocidental, marginalizando questões étnicas e regionais. Este paradigma desconsiderava a diversidade étnica em prol de uma nação unificada. A exclusão da questão étnica na formação dos Estados independentes foi alimentada por ideologias exógenas, muitas vezes socialistas e desenvolvimentistas, deixando de lado elementos endógenos e tradicionais (Deng, 1997).

De acordo com Bhebe e Ranger (2016) a marginalização étnica em Moçambique tem suas raízes na colonização, que dividiu o governo ou o país através da promoção de diferenças étnicas e culturais. Esta estratégia de "dividir para conquistar" promoveu tensões entre os grupos étnicos e estabeleceu uma hierarquia que favorece certos grupos (Ronga, Machangana e Maconde) em detrimento de outros da região centro e norte, particularmente os Amakhuwa. Essa marginalização começou a se manifestar sob o governo colonial, criando sistemas de dominação e discriminação étnica que persistiram mesmo após a independência. Autores como Isaacman (1975) destacam como as comunidades moçambicanas resistiram ao domínio colonial, evidenciando o início da marginalização étnica sob o governo colonial.

A imposição do colonialismo não apenas explorou os recursos naturais, mas também enfraqueceu as estruturas sociais preexistentes, muitas vezes exasperando diferenças étnicas para consolidar o controle e a dominação colonial. Essa exploração resultou na marginalização de grupos étnicos do centro e norte e na supressão de suas identidades culturais. Por um lado, os grupos étnicos que foram marginalizados incluíam, frequentemente, comunidades locais que não se alinhavam com os objetivos coloniais, eram consideradas resistência à dominação estrangeira ou eram vistas como obstáculos para a exploração dos recursos naturais. Estes grupos enfrentaram discriminação, perda de terras, privação de direitos e supressão de suas práticas culturais tradicionais. Em muitos casos, suas estruturas sociais foram desmanteladas, enfraquecendo sua coesão e autonomia.

Por outro lado, certos grupos étnicos foram favorecidos pelo sistema colonial (Ronga, Machangana e Maconde). Estes frequentemente eram aqueles que colaboravam com as autoridades coloniais, forneciam mão-de-obra ou recursos valiosos para os colonizadores. Esses grupos poderiam receber benefícios, como acesso privilegiado à educação, terras ou oportunidades econômicas, mantendo sua posição social e cultural de forma mais favorável em comparação com os grupos marginalizados. Por isso mesmo, Monteiro (2014) examina a marginalização das populações negras em Moçambique, evidenciando como a colonização aprofundou as disparidades étnicas e suprimiu as identidades culturais. A imposição de políticas que enfraqueceram as estruturas sociais preexistentes resultou na marginalização de grupos étnicos, exacerbando as diferenças e hierarquias.

b) Período Socialista

A independência de Moçambique não trouxe o fim dessa marginalização. Após a conquista da independência, as políticas relacionadas à identidade étnica mantiveram uma influência significativa na condução da política e governação do país. Essas abordagens frequentemente desencadearam conflitos étnicos, rivalidades e disparidades sociais, conforme destacado por Pitcher (2014). Grupos étnicos que detinham maior poder político, econômico ou social (os Ronga, Machangana e Maconde) desfrutavam frequentemente de vantagens em relação a outros, enquanto os grupos étnicos do centro e norte do país, com particular destaque para os Amakhuwa eram menos privilegiados e podiam enfrentar marginalização e discriminação. Refira-se que a marginalização havida na era colonial foi perpetuada na segunda república.

Nesse cenário, a Frelimo, após assumir o poder, herdou e perpetuou certas dinâmicas coloniais, mantendo divisões étnicas e culturais. O período socialista em Moçambique trouxe consigo a tentativa de eliminar diferenças étnicas e culturais, seguindo a ideologia de construção de um "homem novo". No entanto, essa política centralizadora e culturalmente assimilacionista do Estado socialista moçambicano refletiu a mesma lógica do período colonial, reproduzindo uma gramática intolerante em relação aos particularismos culturais. Isso resultou na supressão das identidades culturais das minorias étnicas, levando a altas taxas de incompreensão e evasão escolar. Bussotti e Nhaueleque (2022, p. 152) entendem que a política de eliminação das diferenças étnicas e culturais era baseada na ideologia socialista samoriana, que buscava construir um "homem novo" livre da exploração colonial e capitalista. Essa abordagem, entretanto, resultou na imposição do uso exclusivo do português como língua oficial (Macagno, 2009), proibindo o uso das línguas maternas nas escolas, agravando assim a marginalização étnica e suprimindo expressões culturais dos grupos marginalizados (Cahen, 2002). Essa imposição linguística resultou em repercussões significativas, especialmente nos primeiros anos de escolaridade. A proibição do uso das línguas maternas não apenas dificultou a compreensão das disciplinas, mas também levou a altas taxas de incompreensão, desistências e até mesmo evasões escolares. As crianças, privadas do uso de suas línguas nativas, enfrentaram desafios tanto acadêmicos quanto emocionais, contribuindo para uma relação prejudicada com o sistema educacional.

Os alunos eram obrigados a se comunicar apenas em português, mesmo que isso significasse abandonar suas línguas e tradições culturais. Aqueles que falavam suas línguas

maternas eram rotulados como indisciplinados, sujeitos a punições severas. Esse posicionamento, combatendo elementos tradicionalistas e locais, ofereceu à RENAMO uma base de apoio, opondo-se às políticas coletivistas da FRELIMO, resultando em uma guerra civil prolongada (Bussotti, 2023).

Essa prática não apenas reforçava a marginalização linguística, mas também perpetuava uma dinâmica de poder desigual, onde as expressões culturais das minorias eram suprimidas em prol de uma norma cultural dominante. Autores como Achebe (1958) já exploraram a imposição linguística colonial e seus impactos devastadores nas comunidades africanas, similar à situação em Moçambique. Essa política teve repercussões significativas, levando a altas taxas de incompreensão, desistências e evasões escolares entre as crianças nos primeiros anos de escolaridade. A análise crítica dessas práticas coloniais e pós-coloniais revela não apenas a imposição de uma língua estrangeira, mas também um ataque às identidades culturais das minorias étnicas.

A marginalização étnica não é apenas uma questão de acesso desigual à educação ou oportunidades, mas também diz respeito à supressão das identidades culturais das minorias étnicas (Da Silva, 2018). Ademais, outros autores, como Zeleza (2017), argumentam que a marginalização étnica em Moçambique tem sido exacerbada pela falta de políticas públicas eficazes que promovam a inclusão social e econômica das minorias étnicas. Além disso, a política cultural do Estado moçambicano tende a destacar expressões culturais das etnias dominantes, ignorando e desvalorizando as culturas minoritárias, como é o caso dos Amakhuwa (Bussotti & Nhauueleque, 2022). Os autores destacam como a questão étnica foi negligenciada na construção do Estado moçambicano, com a aliança entre os grupos étnicos Ronga, Machangana e Maconde, excluindo outros povos do país. Isso resultou em uma marginalização étnica e cultural dos Amakhuwa, com sua produção cultural e artística sendo menos valorizada e reconhecida. O artigo discute como o esquecimento étnico foi um programa político desde a luta de libertação, em que uma identidade nacional baseada em uma cultura e língua dominantes foi promovida em detrimento das diversidades étnicas e culturais existentes no país, continuando a influenciar a produção cultural e artística local. A política cultural do Estado moçambicano também evidencia a marginalização étnica e cultural, ao centralizar e destacar as expressões culturais das etnias dominantes, como observado no caso dos Amakhuwa.

Entretanto, alguns autores, como Menezes (2020), oferecem uma abordagem diferente, argumentando que a marginalização de minorias étnicas em Moçambique é resultado de uma dinâmica complexa de relações entre grupos étnicos e culturais. Menezes argumenta que a marginalização não pode ser vista simplesmente como uma questão de opressor versus oprimido, mas deve ser vista como resultado de uma rede de relações de poder que são moldadas por fatores políticos, econômicos e culturais.

c) Segunda República

Mesmo com a transição para uma Segunda República e o advento da democracia nos anos 1990, as disparidades étnicas persistiram. Mesmo durante o período democrático, o discurso nacionalista continuou prevalecendo, evitando referências étnicas na construção da identidade nacional (Serra, 1998). Tentativas mais recentes de reconhecimento da questão étnica, como a valorização da identidade Tsonga, buscaram uma identidade nacional contraposta às influências externas ocidentais, embora o discurso oficial tenha se mantido focado na unidade nacional, ainda mais acentuado por governos autoritários e centralizados (Ngoenha, 1999; Posse, 2020).

O retorno das tensões étnicas à superfície, como evidenciado pelo conflito entre governo e RENAMO, revela uma nova dinâmica no debate político moçambicano, mostrando uma face diferente do país que por muito tempo negligenciou suas tensões étnicas (Bussotti & Nhauueleque, 2022). No período pós-independência, a diversidade étnica foi reconhecida como um recurso valioso para a construção de uma nação inclusiva. No entanto, a política pós-colonial muitas vezes foi influenciada por divisões étnicas, gerando conflitos étnicos e desigualdades políticas, econômicas e sociais. Pitcher & Cohen (2014) destacam que as políticas relacionadas à identidade étnica mantiveram influência na política e governação, resultando em disparidades sociais e regionais.

Por exemplo, os conflitos étnicos em Moçambique têm uma maior concentração no âmbito político-governamental do que no contexto sociocultural. Contudo, esses conflitos étnicos e sociais muitas vezes permanecem ocultos por discursos que enfatizam a "unidade nacional". A disparidade entre a retórica de unidade e a realidade da dinâmica política interna contribui para a divisão e, em alguns casos, para conflitos internos no país. Esse cenário continua a alimentar um ambiente de desigualdades sociais e regionalismos persistentes entre as etnias

do sul, do centro e do norte do país. Essa análise revela a complexidade das relações étnicas em Moçambique, destacando a necessidade de uma abordagem crítica para abordar as questões subjacentes e promover uma verdadeira coesão nacional.

d) Tendências Atuais e Desafios

A marginalização étnica persiste, embora tenha evoluído ao longo das diferentes fases históricas. Infelizmente, ainda hoje, as assimetrias regionais e étnicas têm sido fator de discriminação e incompreensões sociais. Autores como Cahen (2002) exploram as complexidades das questões de identidade e etnicidade que continuam a influenciar a política e a governação em Moçambique. Eles destacam as lutas pelo poder e recursos entre grupos étnicos como fontes de tensões e conflitos. Essa dinâmica persiste, alimentando um ambiente de desigualdades sociais e regionalismos persistentes entre as etnias do país. Esta ideia é corroborada pelos autores Fröhlich e Costa (2003) os quais analisam como as dinâmicas étnicas desempenharam um papel importante na guerra civil moçambicana.

A exclusão étnica e territorial também tem raízes no legado colonial, com sistemas de dominação e discriminação étnica que moldaram a estrutura social e econômica do país (Castel-Branco, 2012). Políticas econômicas neoliberais pós-independência contribuíram para essa exclusão, gerando implicações profundas no desenvolvimento do país.

É fundamental compreender as ramificações dessas políticas, especialmente à luz do Consenso de Washington, um conjunto de recomendações de políticas econômicas formuladas por economistas e acadêmicos durante uma conferência realizada em 1989, em Washington D.C e amplamente discutidas e divulgadas ao longo do início da década de 1990. A leitura do Consenso de Washington proporciona uma compreensão mais profunda das origens, significados e implicações dessas políticas, permitindo questionar se elas verdadeiramente contribuíram para a exclusão étnica ou se foram uma escolha política interna deliberada. Outras pesquisas, como as de Nuvunga e Abdula (2018), enfatizam o papel crucial da sociedade civil na promoção da inclusão das minorias étnicas, pressionando por mudanças políticas e sociais que promovam a igualdade e a inclusão.

Apesar dessas diferentes abordagens, há um consenso entre os autores de que a marginalização de minorias étnicas em Moçambique é um problema sério que tem implicações significativas para o desenvolvimento econômico e social do país. Esta exclusão

gera profundas desigualdades econômicas, negando oportunidades, restringindo o acesso a recursos e perpetuando disparidades financeiras. Além disso, essa marginalização é frequentemente associada a conflitos sociais entre grupos étnicos, minando a estabilidade interna e afetando negativamente o ambiente de investimento e crescimento econômico.

Outro impacto significativo é a subutilização do capital humano. Ao privar esses grupos étnicos de acesso à educação e emprego, o país perde valioso potencial de produtividade e inovação. A exclusão política também é uma consequência, pois a marginalização étnica pode impedir o envolvimento desses grupos nos processos políticos, minando a representatividade democrática e a capacidade de implementar políticas inclusivas. Essa exclusão não apenas gera tensões sociais e fragmentação dentro da sociedade, prejudicando a coesão social e a identidade nacional, mas também resulta na perda da riqueza cultural e histórica de Moçambique. A supressão das identidades culturais dos grupos marginalizados empobrece a diversidade cultural do país e afeta o tecido social e a herança cultural.

Os autores enfatizam a necessidade de políticas públicas voltadas para a inclusão dos grupos étnicos marginalizados no processo de desenvolvimento, bem como a necessidade de uma mudança mais ampla na mentalidade das elites políticas e econômicas para garantir a igualdade de oportunidades para todas as comunidades em Moçambique. Concretamente, garantir acesso igualitário a oportunidades econômicas e educacionais, promover representatividade política e valorizar a diversidade cultural são passos importantes para um desenvolvimento mais equitativo e sustentável em todo o país.

Dessa forma, a história da marginalização étnica em Moçambique é marcada por uma continuidade de estratégias coloniais, adaptações durante o período socialista e persistência de disparidades étnicas mesmo na era democrática. Bussotti (2023) corrobora a ideia de que a exclusão étnica aconteceu, mas que ela nunca foi divulgada nem tornada pública pela imprensa. Essa marginalização afeta não apenas o acesso a recursos e oportunidades, mas também a preservação e valorização das identidades culturais das comunidades étnicas minoritárias.

3. Análise dos resultados

3.1. História de Moçambique e exclusão de minorias étnicas

A análise dos resultados desta pesquisa revela um consistente e sistemático padrão de exclusão de minorias étnicas ao longo da história de Moçambique. Essa marginalização persistente emerge como um fator crucial que tem contribuído significativamente para o atraso no desenvolvimento do país. Autores como Feijó (2015) e Bussotti e Nhaueleque (2022), destacam a necessidade urgente de políticas públicas eficazes, enfatizando a importância de reconhecer a rica diversidade étnica e cultural moçambicana. Contudo, é notável que a identificação dessas lacunas não tem sido acompanhada por medidas políticas concretas que revertam efetivamente esse histórico quadro de exclusão.

Ao refletir sobre os resultados obtidos, evidencia-se uma lacuna significativa entre o reconhecimento dessas questões e a implementação de políticas eficazes para reverter a exclusão histórica das minorias étnicas em Moçambique. Torna-se claro que a urgência de ações concretas e estratégias políticas mais assertivas é imperativa para transformar ideias em realidade. Somente através dessas medidas, será possível promover efetivamente uma sociedade mais justa, inclusiva e equitativa no país.

3.2. Principais implicações da marginalização para o desenvolvimento econômico e social

A revisão da literatura destaca um quadro alarmante de marginalização étnica persistente em Moçambique, documentando as implicações significativas para o desenvolvimento econômico e social do país. Autores como Sen (1999) e Stiglitz (2012) salientam as severas restrições impostas às liberdades individuais devido à marginalização, privando as comunidades de acesso a recursos essenciais, educação e oportunidades econômicas, o que perpetua o subdesenvolvimento humano.

Os estudos destacam que a exclusão étnica não apenas limita o desenvolvimento econômico, mas também alimenta tensões e conflitos entre grupos étnicos, comprometendo a coesão social e a estabilidade política. Mawdsley (2018) e Assunção et al. (2020) apontam para a urgência de compreender as raízes históricas da exclusão étnica e promover mudanças

profundas, mas a lacuna entre as recomendações acadêmicas e a efetiva implementação das políticas permanece evidente.

A marginalização contínua das minorias étnicas em Moçambique é apontada como um fator catalisador de desigualdades e conflitos interétnicos. Daí que Langa & Kiguwa (2016) ressaltam a percepção de favorecimento de certas etnias pelo governo, alimentando desconfiança e alimentando tensões que se transformam em violência em várias regiões do país.

A falta de representatividade política e a exclusão econômica das minorias étnicas também são apontadas como fatores que desencadeiam ressentimento e hostilidades interétnicas. Apesar de algumas visões otimistas de autores João Feijó (2018) sobre a diversidade cultural como uma riqueza potencial, a implementação de políticas públicas efetivas para promover essa diversidade permanece como um desafio não resolvido.

Diante desse panorama, é evidente que as políticas públicas devem transcender o discurso acadêmico e efetivamente engajar-se na implementação de estratégias inclusivas e justas. A ineficácia em transformar recomendações acadêmicas em medidas práticas de inclusão coloca em xeque o compromisso real do governo em superar as desigualdades históricas e promover um ambiente coeso e inclusivo para todos os grupos étnicos em Moçambique.

4. Considerações finais

A análise aprofundada da história e do desenvolvimento de Moçambique revela um padrão persistente de exclusão e marginalização das minorias étnicas, exercendo influência significativa nas dinâmicas socioeconômicas do país. Essa exclusão histórica resultou em disparidades evidentes em termos socioeconômicos, políticos e no acesso a recursos, acarretando também a perda de capital humano e cultural ao longo do tempo.

A revisão de literatura evidenciou a necessidade premente de políticas públicas inclusivas para promover a igualdade de oportunidades e enfrentar essas desigualdades profundamente enraizadas. No entanto, a implementação efetiva dessas políticas demanda um comprometimento político e social para lidar com as raízes da exclusão e desigualdade em Moçambique. Um aspecto relevante é o papel crucial da educação inclusiva na promoção da

coesão étnica e na mitigação de conflitos. No entanto, as conclusões poderiam ser fortalecidas ao detalhar exemplos específicos de programas educacionais bem-sucedidos que impactaram positivamente a redução das disparidades étnicas no país.

A construção de um desenvolvimento mais equitativo e sustentável em Moçambique demanda ações concretas. Isso inclui não apenas políticas inclusivas, mas também a valorização das histórias e culturas das minorias étnicas, além de uma participação efetiva dessas comunidades nos processos decisórios. Estratégias de combate à discriminação e sensibilização da população sobre a importância da inclusão são igualmente cruciais para promover a coesão social e uma sociedade mais justa e igualitária.

Como se depreende, as conclusões ressaltam a necessidade urgente de políticas que confrontem ativamente as desigualdades enraizadas, respaldadas por um compromisso político e social duradouro. Investir em educação inclusiva e promover a participação ativa das minorias étnicas em todas as esferas sociais e políticas são passos fundamentais para pavimentar o caminho rumo a um Moçambique mais igualitário, equitativo e pacífico.

Referências

- ACEMOGLU, D., & ROBINSON, J. A. (2012). "Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity, and Poverty." Crown Business.
- ALBINO, M., & CORTÊS, E. (2020). Políticas públicas para a inclusão de minorias étnicas em Moçambique: o papel das organizações da sociedade civil. *Revista da Associação Portuguesa de Estudos Africanos*, (15), 91-106.
- ASSUNÇÃO, H., LIN, S. W., SIT, P. S., CHEUNG, K. C., HARJU-LUUKKAINEN, H., SMITH, T., ... & MARÔCO, J. (2020). University student engagement inventory (USEI): transcultural validity evidence across four continents. *Frontiers in Psychology*, 10, 2796.
- BHEBE, N., & RANGER, T. (2016). *Society, state and identity in African history*. Edinburgh University Press.
- BOOTH, D. J., GRIBBEN, P., & PARKINSON, K. (2015). Impact of cigarette butt leachate on tidepool snails. *Marine pollution bulletin*, 95(1), 362-364.
- BUSSOTTI, L. (2019). Marcas do desterro. Moçambicanos deportados para São Tomé e Príncipe (1947-1961): História, estórias, atualidade. *Revista Tempo e Argumento*, 11(27), 8-42.

BUSSOTTI, L. (2023). Imprensa africana e autoritarismo: a questão étnica no espaço político e na comunicação social de Moçambique (2012-2022). *Estudos Ibero-Americanos*, 49(1), e44365-e44365.

BUSSOTTI, L., & NHAUELEQUE, L. A. (2022). Processos de marginalização étnica e cultural na África pós-colonial. O caso dos Amakhuwa de Moçambique. *Comunicação e sociedade*, (41), 149-167.

CAHEN, M. (2002). "Moçambique: Os Usos Políticos do Passado." In S. Marks & R. Rathbone (Eds.), *Industrialization and Social Change in South Africa: African Class Formation, Culture, and Consciousness, 1870-1930* (pp. 196-220). Routledge.

CASTEL-BRANCO, J. (2012). Economia política da exclusão em Moçambique. Ndjira.

DA SILVA, A. C. F. (2018). A cultura castreja no noroeste de Portugal: habitat e cronologias. *Portugalia: Revista de Arqueologia do Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP*, 4.

DANIEL, D. (2016). Interpreting American ethnic experiences: The development of the Balch library collections. *Pennsylvania Magazine of History and Biography*, 140(3), 335-363.

DENG, F. (1997). *Ethnicity: An African predicament*. Brookings.

FEIJÓ, J. (2015). Diversidade étnica e políticas públicas em Moçambique. *Revista de Estudos Moçambicanos*, 6(1), 45-56.

FEIJÓ, J. (2015). Marginalização étnica e exclusão política em Moçambique. *Estudos Afro-Asiáticos*, (48), 189-213.

FRÖHLICH, C., & Bénard da Costa, A. (2003). "The War within: New Perspectives on the Civil War in Mozambique." James Currey.

ISAACMAN, A. F. (1975). The tradition of resistance in Mozambique. *Africa Today*, 22(3), 37-50.

KYMLICKA, W. (1995). "Multicultural citizenship: A liberal theory of minority rights." Oxford University Press.

LANGA, M., & Kiguwa, P. (2016). Race-ing xenophobic violence: Engaging social representations of the black African body in post-apartheid South Africa. *Agenda*, 30(2), 75-85.

LE MOS, A. (2019). Desenvolvimento humano e inclusão de minorias étnicas em Moçambique. *Cadernos de Estudos Sociais*, 42(2), 67-82.

- MACAGNO, L. (2009). Fragmentos de uma imaginação nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24, 17-35.
- MACHAQUEIRO, M. J. (2018). Desigualdades econômicas e exclusão social em Moçambique. *Revista de Economia e Desenvolvimento*, 20(1), 45-58.
- MAHUMANE, P. A. (2017). Somos uma identidade própria: percorrendo as trilhas de uma identidade tsonga criada. As múltiplas identificações no contexto urbano do Bairro Luís Cabral em Maputo.
- MAWDSLEY, E. (2018). From billions to trillions' Financing the SDGs in a world 'beyond aid. *Dialogues in Human Geography*, 8(2), 191-195.
- MENESES, M. P. (2020). Marginalization and cultural diversity in Mozambique. In *Routledge Handbook of African Development* (pp. 287-299). Routledge.
- MONTEIRO, Y. N. (2014). "Moçambique: Das Origens à Emancipação Política - Considerações Sobre os Negros." *Revista Leituras da História*, (10), 107-126.
- NEVES, C. A. D. B. (2017). Slams-letramentos literários de reexistência ao/no mundo contemporâneo. *LinhaD'água*, 30(2), 92-112.
- NEWITT, M. D. (1995). "A history of Mozambique." Indiana University Press.
- NGOENHA, S. E. (1999). Os missionários suíços face ao nacionalismo moçambicano. Entre a tsonganidade e a moçambicanidade. *Lusotopie*, 6(1), 425-437.
- NUVUNGA, A., & Abdula, A. (2018). *Inclusão étnica e o papel da sociedade civil em Moçambique*. Editora Afrontamento.
- NYAMU-MUSEMBI, C. (2005). Mapping the concepts of power, authority, legitimacy, and influence. Overseas Development Institute.
- PITCHER, A., & COHEN, M. (2014). The politics of ethnicity and development in Mozambique. *African Affairs*, 113(450), 304-326.
- POSSE, L. (2020). Heróis da luta de libertação nacional e a ideia de nação nos discursos do Presidente da República de Moçambique Armando Guebuza. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (122), 97-118.
- RAIMUNDO, R. (2019). Exclusão étnica e a luta pela justiça social em Moçambique: Desafios para as políticas públicas. *Revista Debates*, 13(2), 62-77.
- SEN, A. (1999). "Development as Freedom." Oxford University Press.

SERRA, C. (1998). Identidade, moçambicanidade, moçambicanização. Maputo: LivrariaUniversitária: UEM.

STIGLITZ, J. E. (2012). The price of inequality: How today's divided society endangers our future. WW Norton & Company.

UNDP. (2020). "Human Development Report 2020: The Next Frontier - Human Development and the Anthropocene." United Nations Development Programme.

UNESCO. (2019). "Minority and Indigenous Rights." United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

ZELEZA, P. T. (2017). Manufacturing African futures: Horizons of transformative entrepreneurship in Africa. CODESRIA.